

DOSSIÊ TEMÁTICO

COLORINDO O MARXISMO:

Considerações sobre o Marxismo e as Lutas LGBTI no Capitalismo

Milena Carlos de Lacerda¹

Resumo: Este artigo visa desenvolver uma discussão a respeito da contribuição teórica e política do materialismo histórico dialético para interpretação da diversidade da classe trabalhadora, através da articulação das dimensões de gênero, sexualidade e raça. O percurso analítico adotado envolve reflexões sobre a escalada neoconservadora no Brasil e a organização de movimentos de resistência, problematizando as estratégias universalistas e particularistas das mobilizações sociais. Tais reflexões aproximativas partem do pressuposto de que gênero e sexualidade são racializados e compõem a diversidade da classe trabalhadora. Se é verdade que não podemos afastar os antagonismos das classes sociais e abstrair as relações materiais das análises de gênero e sexualidades, por outro lado, desconsiderar as dimensões de geração, gênero, raça/etnia e sexualidade poderá incorrer em leituras fragmentadas e homogeneizadas da classe social. Neste debate, partiremos de uma perspectiva materialista da totalidade social e da pluralidade dos estudos de gênero e sexualidade, com vistas à emancipação política e humana.

Palavras-chave: Capitalismo; Materialismo; Classe social; Sexualidade; Gênero.

Introdução

O cenário de crise política e econômica no Brasil impõe uma série de desafios para as lutas contemporâneas, sendo importante trilhar uma análise de conjuntura que apreenda o projeto conservador, autoritário e neoliberal, assim como o movimento radicalmente oposto, em defesa das diversidades e das liberdades democráticas.

Em que pese a crescente demonização do pensamento marxista, atrelado à vulgarizações, simplificações teóricas, interpretações manualescas e perseguição

¹ Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos - UFT. E-mail – milenalacerdaseso@gmail.com

ideológica, suas reflexões são requisitadas na saturação civilizatória do capitalismo e das suas crises periódicas, na radicalização da questão social, na disseminação do projeto obscurantista, reacionário e neoliberal, bem como na análise das políticas de extermínio e de barbarização da vida social. E mais ainda: a teoria do valor/trabalho, o método do materialismo histórico dialético e a ação revolucionária são reivindicadas nas organizações e movimentos de resistência da múltipla classe trabalhadora para enfrentamento da nossa quadra histórica.

O edifício teórico e categorial que fundamenta esta análise parte da mediação entre o capitalismo, o racismo, o patriarcado e a homolesbotransfobia, considerando que “compreender a classe social dissociada da divisão racial, sexual e internacional do trabalho é uma idealização” (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019) que compromete o desvelamento da realidade social.

O objetivo deste estudo é investigar a contribuição teórica e política do materialismo histórico dialético para interpretação da diversidade da classe trabalhadora, através da articulação das dimensões de gênero, sexualidade e raça.

Nessa perspectiva, o percurso analítico do presente artigo envolve uma incursão teórica no materialismo e no idealismo, a partir do método marxiano, acionando as categorias da totalidade, contradição, historicidade, dialética e mediação. Para tal, empreenderemos considerações acerca do universal e do particular no âmbito das discussões de gênero e sexualidade, recuperando o debate das tendências da pós-modernidade e os sentidos da emancipação política e humana.

Em seguida, contextualizaremos a ofensiva neoconservadora no Brasil e seus impactos para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTI), para as mulheres e para os/as negros/as à luz da teoria social crítica e dos estudos de gênero e sexualidades. Além desse quadro teórico e metodológico, a reprodução das relações desiguais será submetida à potência da crítica feminista.

Em meio à crise civilizatória que vivenciamos, localizamos essa abordagem no feminismo internacionalista, que compreenda o Sul global, antirracista, ecossocialista, de feminismo anti-LGBTfóbico, popular e anticapitalista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Por conseguinte, nos afastamos do feminismo

apropriado pelas forças liberais que pauta a hierarquização e a mistificada “igualdade de oportunidades”, a partir da valoração meritocrática. Essa articulação, realizada de forma interseccional, nos permite compreender os sujeitos sociais em sua totalidade, sem recortes e fragmentações que tendem a hierarquizar opressões.

Tais reflexões aproximativas partem do pressuposto de que gênero e sexualidade são racializados e compõem a diversidade da classe trabalhadora. Se é verdade que não podemos afastar os antagonismos das classes sociais e abstrair as relações materiais das análises de gênero e sexualidades, por outro lado, desconsiderar as dimensões de geração, gênero, raça/etnia e sexualidade poderá incorrer em leituras fragmentadas e homogêneas da classe social. Em tempo, este artigo soma-se às vozes políticas de pesquisadores/as e grupos de militância LGBTI, que compreendem que a classe trabalhadora não é abstrata, tampouco idealista, ela existe e é, portanto, concreta, composta por pessoas com gênero, raça e sexualidade.

“A prática é o critério da verdade”: elementos teóricos e metodológicos na crítica marxiana

193

A significação teórica da obra marxiana representa um marco na modernidade e na cultura ocidental por sua relevância política e impacto sócio-histórico, projetando uma construção de mundo radicalmente diferente. Fundada numa ontologia do ser social nucleada no trabalho, Marx pavimentou as bases teóricas-metodológicas e ético-políticas para o desvelamento da sociedade burguesa, em torno da sua natureza, estrutura e dinâmica (NETTO, 2012).

O materialismo histórico dialético emana um direcionamento teórico e político atrelado à práxis transformadora, que impossibilita sua aplicação mecânica na realidade. Este é o primeiro pressuposto para indissociabilidade entre teoria e prática, objetivando uma perspectiva da ação revolucionária dos/as trabalhadores/as com vistas à emancipação humana, possível somente com a supressão da propriedade privada.

A compreensão do mundo na sua eminência histórica e da realidade como ela é, e não somente como se apresenta, exigiu que Marx, ao longo de quarenta anos, abstraísse

a sociedade burguesa e construiu um conjunto de categorias interpretativas, tais como: dialética, totalidade, mediação, historicidade e contradição. No desenvolvimento do método de investigação, Marx vai do “concreto ao abstrato” e, posteriormente, do “abstrato ao concreto”, apreendendo as determinações oriundas da materialidade da vida social e do movimento histórico real como caminho para o conhecimento.

Na tradição marxista, a dialética adquire maior inteligibilidade, pois está atrelada à concepção materialista da história, modificando as abstrações mistificadoras de Hegel sobre a mesma. Na disputa com o contraditório², Marx aprofunda sua teoria, ao extrair da esquerda hegeliana o método dialético, fundamental para a compreensão do movimento histórico e social. E vai além: “Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico” (MARX, 2013, p. 24).

Na filosofia hegeliana, as ideias configuram-se como um sustentáculo para o mundo das coisas, ou seja, nessa interpretação é a atividade intelectual e o processo de pensamento que geram a realidade social. A proposição defendida por Hegel e seus seguidores compreende a ideia como antecessora da realidade, interpretando o real como manifestação externa da consciência. No processo de maturação teórica, o materialismo marxiano justifica que não é a consciência que determina o ser social, mas, pelo contrário, é o ser social que determina a consciência (MARX, 1982).

A concepção materialista dialética desenvolvida no livro “A ideologia alemã” salienta que o ponto de partida para compreender a história assenta-se na dimensão real do concreto e da objetividade material. Marx e Engels (2009) afastam-se da concepção abstrata da história, através da afirmação ontológica do ser social fundado no trabalho, sem o qual é impossível a continuidade da existência humana.

Para estes autores, o trabalho é o intercâmbio orgânico e intencional do ser social com a natureza para satisfação de suas necessidades a partir da produção dos bens materiais da existência. E é neste sentido que o trabalho, através do processo teleológico,

² Este é um aspecto que merece destaque na postura de desbravamento teórico e analítico deste autor. Marx, ao contrário dos seus seguidores mais dogmáticos, estabelece um diálogo fecundo com as variadas correntes da economia clássica e política, afim de investigar e aprofundar os pormenores do seu objeto de pesquisa: a sociedade burguesa. O ritmo assombroso de estudos e o acúmulo adquirido são fundamentais para seu edifício teórico e sua relevância intelectual.

produz o ser social e a sua consciência, bem como as relações sociais. Por esta razão, a contradição entre trabalho e capital é a chave analítica para a compreensão da totalidade social do capitalismo, haja visto que o trabalho se associa estruturalmente às demais categorias sociais, por ser elemento fundante do mundo dos sujeitos.

A partir da historicidade, Marx e Engels (2009) problematizam a realidade como radicalmente histórica e social, ao passo que os estágios civilizatórios da sociedade não são naturais, definitivos e imutáveis. A sociedade capitalista resulta de um conjunto de transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas associadas aos ditames da expansão do capital. Nesse sentido, compreender a história é, pois, apreender “em cada momento, a articulação que existe entre essas relações materiais de produção e as variadas formas de ideias, valores, normas, relações e instituições” (TONET, 2009, p.14).

A hipótese dos pensadores está ligada à adoção de uma teoria social crítica e de um método que permita a apreensão do singular e do particular como caminhos para a totalidade social. Nesse caso, a totalidade é fundamental para descortinar a realidade social, pois não é possível fatiar as relações sociais.

Com efeito, a totalidade é a categoria que frequentemente orienta a investigação teórica e prática dos/as pesquisadores/as que se vinculam à tradição crítica, pela capacidade ontológica de não atomizar e isolar determinadas pautas sociais. Especialmente no entendimento do imperativo heterossexual e dos processos contra hegemônicos de gênero, raça/etnia e sexualidade, em consonância com a classe social, tendo em vista a tendência crescente da fragmentação da realidade social oriunda dos processos econômicos, sociais, políticos, culturais e informacionais que atravessam a modernidade no capitalismo contemporâneo.

Como se sabe, não cabe à dialética a supressão de incertezas e respostas mecânicas sobre o objeto, pelo contrário, ela suscita dúvidas e questionamentos no movimento do real, a partir da apreensão de contradições e complexidades que estruturam as relações sociais. Essa reprodução do concreto-real no plano do pensamento visa a compreensão da realidade para fins de transformação societária, a partir da superação das formas capitalistas de opressão e exploração que se manifestam na vida de indivíduos reais.

Esse movimento dialético vincula-se à indissociável relação entre teoria e prática no fazer teleológico, denominado de “armas da crítica” e “crítica das armas”, manifesto na conhecida 11ª Tese de Marx, no qual “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.” (MARX; ENGELS, 2009).

Vale destacar que, na materialidade da vida capitalista, há uma indissociabilidade entre as dinâmicas de exploração e de opressão, principalmente quando reportamos ao contexto do capitalismo dependente³. Por este motivo, identificar as violências raciais, sexistas e homofóbicas, sob a ótica marxiana, como agendas secundárias constitui-se como uma problemática teórica, metodológica e política que desconsidera o materialismo, a complexidade do ser social e a particularidade da formação social e histórica da América Latina.

Em resumidas contas, a totalidade e a mediação são ferramentas analíticas utilizadas para perceber as convergências entre classe social, raça, sexualidade e gênero, uma vez que sua ausência implica na mistificação do real e em diferentes mecanismos de cisão entre subjetividade e objetividade⁴. Assim, a categoria da totalidade, a mediação e a contradição são fundamentais para interpretar a realidade para além da aparência imediata, isto é, da forma como o real se apresenta.

Sabemos que essas temáticas não compõem o repertório teórico de Marx, sendo tangenciadas por Engels (2019) no âmbito da sua formulação acerca da família monogâmica e patriarcal no seio do capitalismo. Quinalha (2019) afirma que, apesar disso, seria um equívoco metodológico e histórico condenar o marxismo como uma linha de pensamento e de ação indelevelmente contaminada por uma perspectiva LGBTfóbica, como se fosse um vício de origem incontornável. Este argumento prospera quando verificamos experiências, contribuições e ressignificações tensionadas pelo movimento LGBTI à tradição marxista.

É uma leitura que incorre no “reducionismo”, ao rejeitar que a luta feminista, as contribuições do Movimento Negro e LGBTI façam parte da luta de classes. O

³ Em linhas gerais, o capitalismo dependente, nos termos de Florestan Fernandes, associa-se às oligarquias agrárias, estabelecendo um conjunto de alianças e composições orgânicas com os setores industriais e com as economias imperialistas, por intermédio da violação da divisão social do trabalho (LACERDA, 2018).

⁴ Ao analisar a construção da subjetividade através da abordagem materialista das relações sociais, Saffioti (2009) aponta a relação indissociável da subjetivação e objetivação como fases do mesmo processo.

capitalismo heteronormativo segmenta a unidade de classes através de práticas racistas, sexistas, homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas. Consideramos, ainda, que essas práticas não estão circunscritas apenas ao âmbito cultural, pois há uma funcionalidade e um enraizamento do racismo, do sexismo e da LGBTfobia como componentes deste modo de produção⁵ e reprodução da vida, haja vista que as experiências sociais são parte das relações sociais concretas, ainda que não se apresente no plano visível e imediato.

A disputa do universal e do particular: os arranjos possíveis as lutas políticas

As duas maneiras de perder-se são: por segregação, sendo enquadrado na particularidade ou por diluição no universal.⁶

O processo de aburguesamento via domínio econômico e político da elite brasileira contou com um conjunto aperfeiçoado de valores que constroem o “cidadão de bem” paladino da moral e dos bons costumes, configurado como o paradigma da civilidade, detentor dos direitos e de reconhecimento. O funcionamento “harmonioso e coeso” da sociedade, arquitetado no discurso nacionalista da ordem e do progresso, vincula-se ao modelo de existência burguês, que cria o mundo à sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, 2008).

As raízes materiais dessa norma que estabelece como os/as sujeitos/as devem ser e se portar estão calcadas na dinâmica da produção e da reprodução das relações sociais capitalistas, do patriarcado, da escravidão e da heteronormatividade. Nessa disputa hegemônica, temos um modelo que encarna o paradigma da raça, classe social, gênero e sexualidade com o oposto, que é nomeado como o “outro”.

Neste debate, é importante destacar que o ser universal é sempre uma abstração. Seu interesse é sempre particular, na medida em que o interesse comum ou geral é uma

⁵ “Ainda que os processos de exploração (econômica) e opressão (social, política) possam ser analisados separadamente para fins didáticos, estes se apresentam na realidade concreta de forma indissociável. O que costumamos caracterizar como opressão (em função do gênero, da raça ou da orientação sexual) cumpre um papel determinante no processo de exploração do trabalho” [...] (OLIVEIRA, 2018, p.111)

⁶ Poesia atribuída a Aimé Césaire e parafraseada por Carneiro (2019).

ficção numa sociedade repleta de clivagens. Sendo assim, seu caráter particular, que se mistifica como universal, frequentemente representa o interesse de um grupo, classe ou categoria (SAFFIOTI, 2019, p. 65).

No entanto, o paradigma que forja o contorno entre a margem e o centro sobrepõe uma combinação que vai desde a violência extremada, com requintes de crueldade, à ausência de acessos aos serviços e direitos fundamentais. O poder de decisão sobre quais vidas realmente importam, nos termos de Butler (2019), evidencia a hierarquização da norma binária (masculino/feminino) e de um ideal heteronormativo que qualifica o “outro” em uma engrenagem dicotômica entre o normal e do patológico, desviante e subalterno.

Por longas décadas, o pensamento crítico, seja no âmbito acadêmico ou nas organizações coletivas, considerou a existência de uma “contradição primordial”, cuja resolução estaria implicada na deliberação de todas as outras opressões que afetariam os sujeitos de uma forma mais particularizada. Essas questões foram pormenorizadas na relevância teórica, sobrepostas na representatividade, escamoteadas nas grades curriculares, nas pesquisas, nos debates acadêmico-científicos e no interior das organizações políticas (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019).

Em meio à reivindicação das diferenças e das diversidades, emerge a estratégia da afirmação assentada na especificidade, por meio da politização da particularidade na correlação de forças com o denominado “sujeito universal”, visualizadas nas políticas identitárias. Tal estratégia reconhece, ainda, que o “homem cisgênero, branco, heterossexual e cristão” não representa a totalidade da humanidade, ainda que seus interesses sejam tomados como parâmetros universais. Assim, o pressuposto da identidade destoia das formas hegemônicas, normatizadas e generalistas, ao reforçar o direito às diversidades e às diferenças⁷.

⁷ É possível visualizar essas movimentações tidas “identitárias” nas irrupções que precederam as eleições de 2018 no Brasil, conforme veremos no próximo tópico. Almeida (2020) aponta as conquistas sociais, capitaneadas pelo Movimento Negro, LGBTI e Feministas que reivindicaram um conjunto de garantias aos segmentos sociais que foram historicamente marginalizados e excluídos da teia social, questionando a posição dos que ocupavam o topo da hierarquia social. O autor cita a) a denúncia as violências sexuais, psicológicas e físicas contra às mulheres no ambiente doméstico e no trabalho, bem como a exposição da violência doméstica com a aprovação da Lei Maria da Penha, b) a visibilidade da população LGBTI no que concerne a luta pelos direitos no âmbito da educação, saúde, segurança e assistência que atingiram fundo

Tal debate, colide com os pressupostos do saber científico proveniente da modernidade ocidental, sobretudo as epistemologias eurocêntricas elaboradas no âmbito dos países centrais. Trata-se de uma crítica radical e posicionada de atores políticos que denunciam a colonialidade do poder e a incapacidade teórico-prática de apreender as diferenças territoriais e especificidades raciais, religiosas e culturais, estimulando uma tendência de ocultamento circunstancial a determinados grupos sociais.

Acionamos o conceito radical de “políticas identitárias” desenvolvido pelo Coletivo Combahee River (2019) que resgata a materialização simultânea da opressão econômica, racial e de gênero. Este grupo de feministas socialistas lésbicas negras confrontava a fragmentação da classe social e denunciava o racismo vivenciado nos espaços de militância do feminismo branco e o sexismo perpetrado no Movimento Negro. Ao pautar uma ação política emancipatória, elas reivindicam que a libertação de todos os povos oprimidos exige a destruição do sistema político econômico capitalista e imperialista, bem como do patriarcado (COMBAHEE RIVER, 2019, p. 12).

A partir desta visão, Carneiro (2019) nos chama a atenção para a origem branca e ocidental do feminismo, que estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero, através de uma suposta universalidade hegemônica que anula a diversidade. Ao reportar a experiência histórica das mulheres negras, cujo discurso clássico sobre a opressão das mulheres não tem reconhecido, essa autora evidencia a) os mitos da fragilidade feminina e da proteção paternalista dos homens, recorrentemente negados pelo processo de coisificação e de brutalização das mulheres negras; b) o discurso hegemônico do direito ao trabalho, tendo em vista o contingente de mulheres que já trabalhavam durante séculos nas lavouras, nas ruas, nos mercados; c) o mito da rainha do lar e da musa idolatrada dos poetas, considerando que as mulheres negras não representam o modelo estético na sociedade brasileira; e d) a narrativa de que a mulher é subproduto do homem, feita da costela de Adão, ao passo que as mulheres negras são originárias de

os privilégios de raça, tão enraizados e interseccionais com os privilégios de classe e de gênero no Brasil; d) o acesso às vagas nas universidades públicas nas carreiras mais disputadas, através das cotas raciais; e) a aprovação da “PEC das Domésticas” (Emenda Constitucional 72/2013) que impôs limites à jornada de trabalho e instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para essa categoria profissional formada majoritariamente por mulheres negras (ALMEIDA, 2020).

uma tradição em que não existe Adão e cuja cultura foi folclorizada, perseguida e marginalizada (CARNEIRO, 2019).

Nessa linha argumentativa, Piscitelli (2009) aponta a crescente indagação que permeou o próprio conceito de patriarcado, concebido como um sistema atemporal de dominação masculina, cujo caráter trans-histórico unificava a categoria mulher. Na década de 1980, essa estreiteza do patriarcado, que se sobrepõe às diferenciações de classe, raça e localidade, foi contestada por intensas reivindicações no interior do Movimento Feminista, motivadas pelas feministas negras e de países, em oposição a uniformidade das opressões tuteladas do patriarcado.

A crítica à universalidade no pensamento feminista também é direcionada à fixidez que o binômio sexo/gênero confere às identidades, problematizando a ideia da existência de uma base biológica que divide a humanidade em dois sexos, masculino e feminino (PISCITELLI, 2009), ou seja, à vinculação do gênero ao corpo biológico.

Alves (2016) aponta que, neste momento, temos a proliferação do “identitarismo” como estratégia particularista, ao passo que “a luta pela visibilidade e pelo reconhecimento de grupos sociais específicos, portadores de demandas particularistas, colocou na agenda política questões culturais e identitárias que repercutiram nas mais variadas esferas da vida social e acadêmica” (ALVES, 2016, p. 16).

Em outras palavras, Douglas Alves (2020) advoga que estratégias que se encerram no particularismo geram um agrupamento e uma ação política que não conseguem pensar para além do particular, a partir do que denomina de “corporativismo identitário⁸”, pois não há solidariedade entre frações de classe. Assim, torna-se imperioso que a análise não se encerre na vivência imediata e na sensibilidade do sujeito frente ao fenômeno, sem questionar as determinações e sobredeterminações que sustentam essas experiências

⁸ Neste trabalho, não pretendemos aprofundar o debate crítico em torno da apropriação da noção das políticas identitárias por parte do neoliberalismo. Em linhas gerais, Juliana Cislighi (2020) aciona as contribuições de Nancy Fraser e Assad Haider para localizar a cooptação das lutas identitárias como base ideológica do neoliberalismo. Nessa acepção, a identidade é tomada como um dado essencial e essencialista que desconsidera sua construção social, dificultando a organização coletiva, ao reduzi-la ao âmbito individual. Vinculo-me à ideia de que é problemático inferir que as questões identitárias são expressão meramente ideoculturais, dada a dimensão estrutural das opressões históricas para o desenvolvimento do capitalismo.

sociais, em geral atravessadas pelas estruturas do racismo e do heteropatriarcado no capitalismo.

Para derrotar a hegemonia do capitalismo, é necessário ir além da particularidade, que, por se findar em si mesma, apresenta-se de forma limitante e reformista, pois, no fundo, não intenta romper com a ordem universal (ALVES, 2020). A possibilidade objetiva posta no capitalismo dos monopólios requer a necessidade de estabelecer um movimento radical que incorpore a multiplicidade da classe trabalhadora, entendendo que esse corporativismo identitário é, apenas, um momento de ajustes em um processo amplo na construção de um sujeito social coletivo.

Por este motivo, o conceito de emancipação é elementar e inegociável, pois pressupõe uma ruptura com a atual ordem societária. Abrir mão do conceito de emancipação significaria abandonar um projeto político de transformação da realidade. O que se quer assinalar, nesta linha argumentativa, é que a emancipação humana não é possível na atual sociabilidade burguesa, pois pressupõe sua superação sistemática, ao passo que é inconciliável com o trabalho alienado.

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, tornou-se ser genérico; só quando o homem reconheceu e organizou as suas *forces propres* [forças próprias] com forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana (MARX, 2009, p. 71-72).

Isto significa que a esquerda marxista não deve nem abraçar acriticamente todas as lutas, tampouco resistir as contribuições dos movimentos que pautam os direitos da população LGBTI, das mulheres e dos negros/as. Sendo assim, a saída não é uma análise universalista, desprovida de uma leitura materialista das classes sociais que a compõe e nem as saídas particularizadas que podem incorrer na psicologização das relações sociais, constituídas de idealismo e limitadas ao empiricismo e ao subjetivismo.

O fenômeno da psicologização das relações sociais, por exemplo, recupera o substrato individual da tradição liberal⁹, no qual as problemáticas são tomadas pelo

⁹ A tradição liberal é mobilizada neste estudo como fundamento histórico para emergência e desenvolvimento do neoliberalismo. O ideário neoliberal pauta-se no princípio econômico da “liberdade” econômica, redirecionando as ações do estado. Em síntese, o neoliberalismo se projeta para todas as

campo idealista e creditadas aos sujeitos e à escolha dos seus modos de vida. A responsabilização dos “sujeitos pelo seu próprio destino” implica em uma idealização de que a alteração social será promovida por ações particulares, sem uma perspectiva ampla e coletiva de transformação substancial.

Dentre os mecanismos da psicologização da vida social no capitalismo, Netto (2006) acentua a tendência de abstração e atomização do indivíduo e da sociedade, através da individuação dos problemas sociais e a remissão a problemática singular dos sujeitos. A armadilha desta interpretação é a separação do individual do coletivo e da esfera psíquica do social, descolando o sujeito e a subjetividade do terreno das relações sociais (SAFFIOTI, 2019, p. 60).

Concomitantemente, precisamos reconhecer que a perspectiva particular se situa em um amplo processo contraditório, pois a ampliação dos direitos sociais, civis e políticos, mesmo enquadrados no caráter formal da sociedade burguesa, são tangencialmente negados a uma parcela da população que sequer possui garantia à emancipação política.

Marx (2009) enfatiza que o primeiro pressuposto da existência humana, isto é, de toda a história, é o de que as pessoas devem estar em condições de viver para fazer história. Ou seja, a luta pela emancipação humana requer, antes de tudo, a garantia de questões fundamentais como a alimentação, habitação, saúde, educação, lazer e direito ao trabalho.

Nesta linha argumentativa, o disciplinamento dos corpos só poderá ser entendido quando percebemos sua mediação inexorável com as relações sociais e econômicas que moldam as condições de vida dos sujeitos sociais. Por este motivo, é importante inscrever os conceitos, ideias e problemáticas no materialismo histórico dialético e romper com a ideia do particularismo que se “finda em si mesmo”, para conceber um ideal amplo, que compreenda a pluralidade e transforme a realidade.

No campo de gênero e da sexualidade devemos nos atentar para o fato de que nossas lutas por reconhecimento são frequentemente cooptadas pelo capitalismo para gerar mais lucro, ainda mais em um momento de fragilidade

dimensões da vida social afim de se firmar como projeto político econômico e social, acentuando o individualismo, a produtividade, a meritocracia e o empreendedorismo.

e de acirramento dos “guetos”, pois quando nossas vidas parecem não valer nada e quando a possibilidade da morte é ainda mais pungente, qualquer representação – na mídia, no sistema legislativo e judiciário, nas artes etc. – parece valer a pena, ser suficiente e imune a crítica. Devemos, ao contrário, desvendar a incoerência que reside nos projetos de sociedade que vendem o aumento do privado sobre o público e do penal sobre o social, mas mascarados como se defesa dos nossos direitos fossem (FERREIRA, *et al.*, 2019, p. 22).

Nessa seara, nota-se a propagação de um ideário que qualifica os estudos de gênero, raça e sexualidade como um privilégio das tendências pós-modernas, a partir da validação economicista e esvaziada de materialidade que fragmenta a totalidade social. A ausência da apropriação crítica nos debates de gênero e sexualidade tem dado espaço a abordagens deslocadas da realidade social e da base material¹⁰ em que gênero, raça e sexualidade está inserida.

Historicamente, a resistência da esquerda marxista em se apropriar destas temáticas tem decantado uma representação das homossexualidades como um “desvio pequeno burguês”, uma manifestação da decadência burguesa, oriundas das formas de ócio contra a ética do trabalho, desaguando em um comportamento contrário à moral revolucionária ou ainda mero “desbunde” (QUINALHA, 2019, p.27). Ao recompor a história do marxismo e da sexualidade no Brasil, o autor prossegue:

A tarefa da revolução social, assim, não passava pela revolução sexual. Forjar uma sociedade socialista, e o novo homem, demandava o combate à moral burguesa com seu hedonismo e individualismo característicos. Para isso, era preciso cultivar subjetividades capazes de controlar as paixões, devotas ao projeto político, aderentes a uma rigidez normativa e com os objetivos pessoais subsumidos aos propósitos da revolução. Reforçavam-se, portanto, um “ethos de masculinidade revolucionária”, a sexualidade heteronormativa e as uniões monogâmicas (QUINALHA, 2019, p. 27).

Tais atuações ainda são aportadas em determinadas frações que desqualificam a sexualidade e o gênero como dimensões menos importantes e acessórias. Em contrapartida, verifica-se um maior espraiamento das questões de gênero, raça e

¹⁰ Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (MARX, 1982, p. 25).

sexualidade nos grupos de militância da esquerda, recuperando a convergência das políticas identitárias sob o prisma da economia política para uma luta unitária. Os agrupamentos, cada vez mais amplos, promovem um tensionamento nestes espaços, interpelando práticas, desmobilizando discursos heteronormativos e “colorindo” o conceito de revolução social e de composição da luta de classes.

Alinhadas com este debate, consideramos ser possível articular contraditoriamente os elementos que enredam gênero, raça e sexualidade como parte da totalidade social no que tange aos aspectos referentes à constituição dos indivíduos, sua subjetividade e identidade, das classes sociais e da exploração, bem como da política e do poder estatal, que operam o capitalismo (ALVES, 2016).

“É preciso afinar a viola da luta de classes”¹¹: notas sobre a ascensão neoconservadora no Brasil

O capitalismo contemporâneo adquire feições particulares nas economias periféricas e dependentes diante da conjuntura de ofensiva do capital e do acirramento do neoliberalismo na América Latina. Numa tentativa de aplacar a crise econômica mundial, emergem processos de reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal, cuja dinâmica é protagonizada pela concentração e centralização dos monopólios. Este projeto político econômico de acumulação do capitalismo na América Latina não é circunstancial. No Brasil, vincula-se a uma agenda autoritária e neoconservadora, marcada pelo recrudescimento da dependência ao imperialismo¹²;

¹¹ Reivindicação atribuída à companheira Ruth Venceremos, do Coletivo LGBT do Movimento Sem Terra (MST) e Drag Queen do Distrito Drag.

¹² Os determinantes históricos e sociais da formação social brasileira são fundamentais para compreender o Brasil contemporâneo, à luz do materialismo histórico dialético, principalmente os debates que envolvem o capitalismo dependente. A partir do pensamento de Florestan Fernandes, a autora Katia Lima (2019) argumenta que a natureza da burguesia brasileira foi forjada na configuração do padrão compósito de hegemonia burguesa, que faz com que a burguesia associe-se, historicamente, ao imperialismo e aos setores mais arcaicos da economia brasileira, operando, simultaneamente, o padrão dual de expropriação do excedente econômico. Isso significa que a riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores no Brasil é repartida entre burguesia internacional e burguesia brasileira enquanto duas faces do mesmo projeto de dominação (LIMA, 2019, p. 17)

Essa crise se aprofunda com o golpe jurídico parlamentar e a ruptura democrática que afastou a primeira mulher presidente do Brasil do cargo e agudiza-se com a ascensão de um governo ultraconservador e pelo espraiamento dos movimentos de extrema direita. Desde 2016, observamos a intensificação das medidas de austeridade, da aprovação da contrarreforma trabalhista e previdenciária, do congelamento dos gastos públicos, da onda negacionista, da perseguição às universidades públicas e da privatização das políticas de saúde, assistência e educação.

Almeida (2020) aponta que a escalada neoconservadora relaciona-se profundamente com o neoliberalismo e com a necessidade de construção de uma moralidade conservadora no atual momento do capitalismo. Segundo Barroco (2015, p. 624), a origem do movimento neoconservador norte-americano é situada no pós-guerra, fortalecendo-se no contexto da implantação das políticas neoliberais, apresentando-se como programa político (a partir do governo Reagan) sustentado pela defesa do neoliberalismo, do militarismo e dos valores tradicionais familiares e religiosos.

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (BARROCO, 2015, p. 624-625).

A tendência contínua de reatualização do conservadorismo e da autocracia, gestadas há bastante tempo, deve ser posta na cartografia global da neoliberalização e financeirização que opera em uma cadeia autoritária (CORRÊA, 2018).

Ao final da década, flagrantes regressões democráticas aconteceram em Honduras (2009) e no Paraguai (2012), e Viktor Orbán foi eleito premier na Hungria (2010). A partir de 2013, esses retrocessos se intensificariam. A primavera árabe se dissolveu sob as sombras da guerra e do regime Sissi, no Egito. Os efeitos simbólicos dessa debacle da democracia extrapolaram as fronteiras regionais e cruzaram o espectro político. Em 2014, o Partido Nacional Hindu (BJP) venceu as eleições na Índia e Orbán foi reeleito na Hungria. Na Nicarágua, Daniel Ortega reformou a constituição para garantir a reeleição perene, enquanto a violência e a coerção do Estado contra a oposição aumentaram na Venezuela. Em 2015, um governo extremamente conservador foi eleito na Polônia. Em 2016, ao “golpe parlamentar” que impugnou Dilma Rousseff no Brasil (antessala das eleições de 2018), seguiram-se à eleição de Rodrigo Duterte nas Filipinas, o referendo sobre o Brexit, o estado de exceção estabelecido por Erdogan na Turquia, a derrota do Acordo de Paz na Colômbia e, por último, mas não menos importante, a eleição de Trump (CORRÊA, 2018, p. 6).

Ao examinar as múltiplas e complexas trajetórias que culminaram na catástrofe das eleições presidenciais no Brasil, Corrêa (2018) aproxima-se das tendências estruturais que desenham o pano de fundo da guinada à direita, elencando a enraizada cultura de corrupção política que mobilizou os protestos nas Jornadas de 2013 e pró-impeachment no ano de 2015, a sedimentação do dogmatismo religioso, as baixas taxas de crescimento econômico e a recessão de 2014, que devastou o emprego e a renda dos mais pobres. Além dessas questões, situa a propaganda antipetista no país, associada às políticas de gênero e a campanha disseminada pela máquina cibernética (CORRÊA, 2018).

Essa guinada neoconservadora agrega-se a um discurso nacionalista de cariz religioso, fortalecendo uma agenda ideológica que elege a população LGBTI, os movimentos negros e feministas como bodes expiatórios e “inimigos da nação”, buscando, através de um pânico moral, a preservação dos privilégios do sujeito universal.

E, por essa razão, que não concordamos com as interpretações que atrelam a perseguição às políticas de gênero e sexualidade a “querelas da cortina de fumaça”, pois essa argumentação tende a ratificar a propagação de um projeto conservador, com fortes traços eugênicos, que autorizam e incitam um conjunto de violências contra os sujeitos LGBTI.

No entanto, circunscrever e simplificar a eleição do presidente Bolsonaro somente à pauta dos costumes, que, sem dúvida, alavancou a sua carreira política no âmbito do poder legislativo, trata-se de um equívoco conjuntural, posto que a legitimação deste governo é creditada a submissão incontestante ao capital financeiro que se projeta em um compromisso com as reformas neoliberais, no âmbito do trabalho e das políticas sociais. Pois, as formas de governabilidade não prescindem da dinâmica das classes sociais e da natureza capitalista do Estado¹³.

É inegável que a ascensão vertiginosa do bolsonarismo soma-se à visibilidade persecutória das questões de gênero e sexualidade nos debates públicos, o que possibilitou

¹³ A governabilidade sugere a formação de um arranjo cambiante de forças políticas, cujos conflitos e contradições se expressam, dentre outros elementos, no conteúdo das políticas econômicas e sociais. Desde o início do Estado capitalista, a construção dessas políticas esteve intimamente ligada à disputa pelos recursos socialmente produzidos e pela forma de distribuí-los entre as diversas classes sociais e suas frações (TOITIO, 2019, p.34).

um aumento exponencial da sua base popular, disseminando uma militância em torno da falaciosa “*ideologia de gênero*”. A demonização dos grupos sociais que afrontam o paradigma da nação, da família e da igreja estabeleceu uma frente ampla de “caça às bruxas”, através da política do ódio amparada pelas fakes news.

Nesta nebulosa, cabe enfatizar que o ideal social “familista” é funcional à mercantilização capitalista, ao passo que a família heteropatriarcal e monogâmica se torna uma unidade econômica vital para manutenção da ordem social, pela atribuição de papéis atribuídos a homens e mulheres. Não por acaso, a ideiação da maternidade implica nos processos de redefinição do Estado em torno da implementação de políticas assistenciais que responsabilizam as mulheres pelo cuidado da unidade familiar e repercutem no barateamento da força de trabalho.

A organização do trabalho doméstico na sociedade do capital, desempenhado majoritariamente por mulheres, retoma a centralidade da família no processo de reprodução social, através da naturalização destas no lugar de cuidadoras. As atividades vinculadas a dimensão do “cuidado”, que são marcadas pela gratuidade, conforme assinala Silvia Federici (2017), são decisivas na extração da mais valia, cujo contraponto para precariedade advém da divisão racial e sexual do trabalho.

Segundo essa discussão, não é possível elucidar a divisão social do trabalho dissociada do seu aspecto racializado e generificado, pois o trabalho não pago, no âmbito doméstico, é componente da reprodução da força de trabalho no processo de acumulação capitalista. Isso significa que a classificação diferencial do preço da força de trabalho de determinados grupos sociais configura-se como elemento contrarrasteantes para evitar a queda vertiginosa do capital.

Quando uma raça (a branca) é tida como superior às demais e como marcadora do “homem universal” – aquele que se constitui cidadão com direitos -, essa raça também é valorada superiormente; inclusive, em termos do valor de troca de sua força de trabalho. A força de trabalho não-branca (em especial a negra e a indígena) permite rebaixar o valor da força de trabalho em geral e aumentar a taxa de exploração, em particular sobre esta população (GOUVÊA, MASTROPAOLO, 2019, p.09)

Assim, os sentidos de gênero, de raça e de sexualidade são manifestos nas relações de trabalho, em torno da exploração e da opressão, tendo em vista, o processo de apropriação dessas disparidades para intensificação da exploração.

Somada a esses processos, temos a propagação da ideologia conspiratória em torno do “marxismo cultural”¹⁴ nos círculos bolsonaristas, que pautam o inimigo a ser destruído, através do enfrentamento a esquerda no âmbito das instituições sócio-políticas, desembocando na promessa de “metralhar”¹⁵ seus opositores.

Por este motivo, devemos refletir sobre os desafios atuais da população LGBTI, das mulheres e da população negra, no intuito de não sectarizar ou secundarizar tais pautas, mas de compreender o ser social que compõe a classe trabalhadora por inteiro. Além disso, considerar, que não podemos perder de vista a luta de classes, tampouco idealizar uma mobilização abstrata e neutra dos trabalhadores, pois o próprio Movimento LGBTI pode ser entendido como uma organização da classe trabalhadora. “No Brasil, esse movimento sempre foi construído por trabalhadores e trabalhadoras, pois ainda que algumas lideranças pertencessem às “camadas médias”, não deixavam de ser trabalhadoras nem pertenciam à classe média tradicional” (TOITIO, 2019, p. 35).

Ao mesmo tempo, faz-se necessária a reafirmação da luta de classes e da crítica a dinâmica do livre mercado pelo Movimento LGBTI para além das demandas particulares e dos direitos civis operadas no âmbito do Estado. Pois, o princípio da emancipação universal não coaduna com a retórica da suposta divisão da luta de classes causada pelo antirracismo, feminismo e pela diversidade sexual e de gênero, tampouco com a eleição de apenas uma frente de combate ao amplo projeto político e econômico atual.

Neste sentido, Gouvêa e Mastropaolo (2019) atentam para a necessidade de continuada autocrítica da esquerda brasileira como pressuposto da inspiração dialética marxista, visto que, sem ela, as formulações teóricas que não apreendem o movimento da realidade tendem a se fossilizar e se engessar, como um mero formalismo idealizado, prisioneiro das reflexões primeiras.

Considerações Finais

¹⁴ A grosso modo, o marxismo cultural se fundamenta na hipótese conspiratória da dominação e aparelhamento das instituições sociais, políticas e culturais por parte da esquerda.

¹⁵ No ato da campanha eleitoral no estado do Acre, Bolsonaro prometeu o “fuzilamento da petralhada”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-pt-processa-bolsonaro-por-sugerir-201cmetralhar-os-petralhas201d/> Acesso 10 Jun 2020.

As categorias que inspiram a tradição marxiana, cuja incursão teórica e política vai além da mera interpretação causal, programa uma ação revolucionária motivada pela práxis. O imperativo da teoria crítica é conhecer para superar as relações de exploração e de dominação que estruturam a sociabilidade, cujo capital é núcleo central. Assim, a transformação substancial requer tomarmos o movimento das relações sociais da sociedade capitalista como totalidades sociais e históricas que necessitam ser desnaturalizadas.

Ao contrário da argumentação dos defensores do “marxismo cultural” e dos ideólogos da burguesia que se esforçam para deslegitimar a crítica marxiana, reiteramos que a obra científica, crítica e revolucionária de Marx e Engels, não se trata de um conjunto de leis e tratados que devem ser lidos e aplicados de forma manualesca e mecânica. O pressuposto dialético marca toda a obra marxiana, em que constam recuos, aproximações, revisões, aprofundamentos, retornos, inquietações e problematizações que foram sendo estudadas no decorrer da investigação teórica.

Temos a exigência ainda de reconhecer o significado teórico e político da bússola marxiana para as nossas ações políticas, sobretudo a atualidade deste pensamento no contexto de crise, da agudização da miséria e da desigualdade social que assolam as economias periféricas. Neste aspecto, a tradição crítica nos possibilita o amparo nas leituras e interpretações dos intelectuais marxistas latino-americanos e na experiência dos movimentos sociais que lançam luz à particularidade sócio-histórica.

Essa apreensão é importante para não cairmos no mecanicismo do empiricismo, que fragmenta a realidade social, descrevendo apenas a parte mais superficial do conjunto das relações sociais que corresponde à realidade, a partir das determinações concretas observáveis no plano imediato. “Sem identificar, contudo, outras determinações tão concretas quanto essas, mas que exigem uma mediação teórica mais elaborada, exigem um esforço de abstração para serem reconhecidas” (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019, p.07).

Em contrapartida, não devemos imbuir as nossas análises do essencialismo em que há um apego à descoberta do mais essencial e profundo, deixando de lado a historicidade e a concretude da realidade social. Isto é, a perspectiva essencialista

consegue apreender as contradições mais fundantes do modo de produção capitalista, mas não consegue atrelar as categorias macroeconômicas às vivências dos indivíduos sociais.

Gouvêa e Mastropaolo (2019) registram o influxo idealista essencialista nas lutas políticas que reconhecem o caráter essencialmente sobredeterminante da classe sobre outras formas de opressão, incorrendo na crença de que a opressão de classe poderia materialmente prescindir, existir ou se reproduzir sem as outras formas de opressão.

Ademais, devemos agregar essa vinculação de classe a um projeto de luta unitária contra o projeto político ultraliberal que atenta contra os direitos dos trabalhadores e das lutas sociais, compreendendo que não há uma oposição entre a classe social e as diversidades de gênero, sexual e etnicorraciais. Em outras palavras, a cisão entre “pautas econômicas e pautas identitárias” revelam uma dicotomia e sobreposição que não possui fundamento na materialidade social. Na atualidade, essa dualidade foi homogeneizada pelos próprios movimentos da extrema direita, que associam as lutas sociais por liberdades democráticas, inclusive o marxismo e as pautas LGBTI, no “campo esquerdista”.

Em síntese, não é tático estabelecer uma sequência prioritária das nossas lutas e eleger a primazia das nossas bandeiras, visto que a escravidão e o heteropatriarcado são indissociáveis da sociedade burguesa. Especialmente, no cenário de retrocessos no campo dos direitos sociais, civis e políticos da população LGBTI, das práticas crescentes de feminicídio e da violência contra às mulheres, na disseminação das políticas de extermínio e do genocídio da população negra.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, vol.23 n. 3, p. 720-731, Set./Dec, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300720 26 Dez 2020.

ALVES, Douglas Santos. Da fragmentação à totalidade: sistemas de opressão no interior do capitalismo. In: ALVES, Douglas Santos (Org.). **Gênero e diversidade sexual: teoria, política e educação em perspectiva**. Tubarão: Copiart, 2016, v. 1, p. 15-38.

ALVES, Douglas Santos. In: **Marxismo e Sexualidade**. Canal da Esquerda On line no YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h_mCTSelc3c Acesso em 25 de abr de 2020.

ARRUZZA, Cinzia.; BHATTACHARYA, Tithi.; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015.

BUTLER, Judith. Entrevista. **Revista Margem Esquerda**. São Paulo, n. 33, Boitempo, 2019, p. 11-21.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 313-321.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Parte II – O neoliberalismo de cooptação como resposta às resistências. **Esquerda On line**, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/15/parte-ii-o-neoliberalismo-de-cooptacao-como-resposta-as-resistencias/> Acesso 28 Dez 2020.

COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. **Plural**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Usp, São Paulo, v. 26.1, p. 197-207, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864> Acesso 29 Dez 2020.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? **Sexuality Policy Watch**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2018/11/Cata%CC%81strofe-perfeita-mesclado.pdf> Acesso em: 10 Jun 2019.

ENGELS, Frederic. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, G; BURIGO, J.; GARCIA, T.; IGNACIO, T. As saídas á esquerda para questões de gênero e sexualidade. In: **Tem Saída? Perspectiva LGBTI+ sobre o Brasil**. IGNACIO... [et al.]. – Porto Alegre, RS: Zouk, 2020.

GOUVÊA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. In: **Marx e o marxismo 2019: marxismo sem tabus - Enfrentando opressões**, 2019, Niterói, RJ. *Anais do Seminário Internacional Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões*, 2019. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC27/MC271.pdf> Acesso 09 Mai 2020.

LACERDA, Milena. **Entre - lugares do nome social e do uso autorreferido dos banheiros: um itinerário de assujeitamentos e resistências na Universidade Federal do Tocantins**. Rio de Janeiro, 2018. 196 f. Dissertação [Mestrado em Serviço Social], Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação, 2018.

LIMA, Kátia. **Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”**. Revista em Paula, Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2019, n. 44, v. 17, p. 15 – 32. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45207> Acesso 26 Dez 2020.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas.)

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. Tradução de José Barata-Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7ª.ed. São Paulo: Cortez, 2009

212

NETTO, José Paulo. Introdução. In: NETTO, José Paulo (Org). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 07-35.

OLIVEIRA, Mariana. Diversidade Sexual e Centralidade do Trabalho: as múltiplas determinações do processo de exploração. In: NOGUEIRA, L.; HILÁRIO, E.; PAZ, T.; MARRO, K. (Orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p.111-136.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-146

QUINALHA, Renan. **Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico**. Revista Margem Esquerda, n° 33, São Paulo: Boitempo, 2019.

SAFFIOTTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In.: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. (Org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Pp. 139-161.

TOITIO, Rafael. **A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado Capitalista: o que a atual crise política tem a nos ensinar?** *Revista Margem Esquerda*, n° 33, São Paulo: Boitempo, 2019, p. 32-37.

TONET, Ivo. Introdução. In. MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 9-15.

COLORING MARXISM:

Considerations regarding Marxism and the LGBTI fights under Capitalism

Abstract: This article aims to develop a discussion about the theoretical and political contribution of the historical materialism on the interpretation of the working class diversity, through the articulation of the gender, race and sexuality dimensions. The analytical route chosen embraces reflections on the neoconservatism rise in Brazil and the organization of resistance movements, questioning the universalist and particularist strategies of the social mobilizations. Such an approximative approach goes on the assumption that gender and sexuality are racialized and form the working class diversity. If it's true that we cannot pull away from the social classes antagonisms and abstract material relations from gender and sexuality analysis, on the other hand, to disregard the scope of generation, gender, race/ethnicity and sexuality may incur in a fragmented and homogenic perspective of social class. In this debate, we are coming from a materialist perspective of the social totality and the plurality of gender and sexuality studies, aiming the political and human emancipation

Keywords: Capitalism; Materialism; Social Classes; Sexuality; Gender.

213

Recebido: 15/06/2020

Aceito: 18/12/2020